

## A LEGITIMAÇÃO DA AUTORIDADE SUEVA FRENTE AO IMPÉRIO ROMANO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CRÔNICA DE IDÁCIO DE CHAVES

*Daniela Medeiros Gazzotti<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo tem com objetivo mostrar como ocorreu a legitimação e o reconhecimento da autoridade sueva perante o governo imperial romano. Para isso nos utilizaremos da crônica de Idácio de Chaves, que é uma das únicas fontes do período que nos fornece informações sobre as *gentes* suevas durante o século V. Temos a intenção de mostrar como foram os desdobramentos desse processo de legitimação da autoridade régia sueva perante os romanos.

**Palavras-Chave:** Império Romano; Autoridade Sueva; Idácio de Chaves

### ABSTRACT

This paper aims talk about how occurred the legitimation and the recognition of the suevi authority before the imperial roman government. For this we use the chronicle of Hydatius, because this document is one of few sources of this period that provides us above informations about the suevi *gentes* during fifth century. In this article,we aim to talk about how went the unrolling of this legitimation of royal suevi authority process before the romans.

**Key-words:** Roman Empire; Suevi Authority; Hydatius

---

<sup>1</sup> Doutorando em História na Universidade Federal do Paraná/UFPR - Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos/ NEMED e do Grupo do Laboratório de Estudos do Império Romano/GLEIR-Unesp Franca. Orientador: Prof. Dr Renan Frighetto. Bolsista CNPq.

Após o fim do período usurpatório na *Diocésis Hispaniaum*, com a eliminação de Gerônimo e Constantino III, além da retirada de Máximo da vida pública, a corte de Ravena retomou a soberania da região, entretanto a mesma agora tem um novo problema a enfrentar as *gentes bárbaras*<sup>2</sup> ali assentadas derivadas dos desdobramentos deste período usurpatório anterior.

Em nossa visão estes *gentes* vão buscar o reconhecimento do Poder Imperial romano sobre sua tutela nessa região, entretanto o silêncio das fontes sobre essa questão, além dos acontecimentos posteriores nos levam a concluir que a Ravena tinha outros planos para a região nesse período.

Sem poder enviar tropas regulares para a *Hispania*, a corte de Ravena precisava utilizar-se de seus exércitos federados para conseguir eliminar esses *bárbaros* da região e retomar totalmente o seu controle. É nesse momento que um povo *bárbaro* vai conseguir finalmente um do que acreditamos ser um dos maiores objetivos dos povos que adentraram o Mundo Romano, a obtenção do *regnum*, ou seja, o reconhecimento de sua autoridade por parte daquele povo detentor do *Imperium*, os romanos.

Desde o saque de Roma de 410 e posterior morte de Alarico, os godos eram comandados nesse momento por Ataúlfo. Esse último buscava retomar as negociações de paz com a corte de Ravena, a qual tinha sido rompida com o saque realizado por seu antecessor.

De acordo com Frighetto (2007, 248) a sucessão de Alarico por seu "parente" Ataúlfo pode ser enquadrada no âmbito da tradição do *consortio imperium*, a qual tinha sido realizada por Teodósio em relação a Arcadio e Honório. Nesse momento essa tradição pode ter sido utilizada pelos godos como modelo de sucessão régia como

---

<sup>2</sup> Utilizamos o termo bárbaro isento de preconceitos, apenas para delimitar que os mesmos são estrangeiros para os romanos.

uma espécie de *consortio regnum*, pois os mesmos buscavam a legitimidade e o reconhecimento de sua autoridade perante o Mundo Romano.

Após ter suas primeiras negociações com Ravena fracassadas, Ataúlfo, em uma manobra para obter essa legitimidade e reconhecimento de sua autoridade perante os romanos, casa-se em 414 com Gala Placídia, irmã do Imperador Honório que havia sido raptada de Roma em 410 durante o saque da cidade. Idácio e Orósio nos fornecem a informação sobre esse casamento.

A frente do povo godo se encontrava então Ataúlfo, o qual, depois do saque de Roma e a morte de Alarico, havia sucedido a este no trono, casando-se, como disse, com a cativa irmã do imperador, Placídia (*Hist. Adv. Pag.*, VII; 43).

Ataúlfo toma por sua mulher em Narbona a Placcídia: e em isto se cre cumprida a profecia de Daniel, quando o mesmo disse, que a filha do rei do Sul há de unir-se com o rei do norte, mas não fica nenhum descendente dela (*Idácio; cron. a.414 - XX [280]*).

Orlandis (1987, 28) nos afirma que depois do casamento, Ataulfo, decide evacuar Narbona e o resto das províncias da Gália, por causa do bloqueio romano a região, e se estabelece na região de Barcelona em 415. Ali nasce seu filho com Plácidia, Teodósio.

Entretanto a criança morre pouco depois de nascer, o que nos corrobora com a informação de Idácio de que não se fica nenhum descendente desse união. Apesar disso através desse casamento e depois pelo nome dado a seu filho vemos a clara tentativa de Ataúlfo de estabelecer um vínculo com a administração de romana que era comandada pelo grupo político-religioso da Família de Teodósio.

Segundo Frighetto (2007, 249) nos parece natural que Gala Placídia, sendo filha de Teodósio e irmã de Honório, acabasse envolvida nesse processo de legitimação do poder monárquico entre os godos, pois a mesma seria o elo fundamental entre a

família teodosiana e a tentativa de estabelecimento de uma sucessão hereditária entre os godos, baseado no modelo proposto por Teodósio que tinha sido responsável pela aliança entre godos e romanos desde o *foedus* de 382.

Paulo Orósio discorre sobre essa aproximação de Ataúlfo com a corte de Ravena, destacando o papel de Gala Placídia nisso e afirmando que o mesmo queria antes que o Império Romano fosse transformado em godo, porém nesse momento queria se engrandecer recuperando totalmente o romano com a força dos godos:

Este, como muitas vezes se ouviu e como se provou com a morte que tinha tido, preferiu, como afanoso buscador da paz que era, lutar fielmente em favor do imperador Honório e gastar as forças godas em defesa de Roma. Eu mesmo, em efeito, ouvi como um homem em Narbo, que militou com glória sobre Teodosio, homem por demais religioso, prudente e mensurado, contava o bem-aventurado presbítero Jerônimo em Belém, cidade da Palestina, que ele havia dito em Narbona muito amigo de Ataúlfo e que de este havia ouvido algo que ele só ia repetir ante testemunhas, quando se encontrava animado, com forças e de bom humor: que ele em primeiro momento havia desejado ardentemente que todo o Império Romano, apagado inclusive do nome romano, fosse de feito e de nome só dos godos, e que, por falar em língua corrente, o que antes foi Romana agora fosse Goda, e que o que antes foi César Augusto, fosse agora Ataúlfo, mas que, quando a experiência provou quem nem os godos, a causa desenfreada de sua barbárie, podiam em absoluto ser submetidos a leis, nem covinha abolir as leis de Estado, sem as quais um Estado não é Estado, preferiu buscar sua glória mediante a recuperação total e o engrandecimento do Império Romano com a força dos godos e ser considerado pela posteridade como o autor da restauração de Roma, depois de não poder ser seu substituto. Por ele procurava não a guerra, por ele procurava ardentemente a paz, sendo influenciado em todas suas ações de bom governo pelos conselhos e razões sobre tudo de sua esposa Placídia, mulher certamente de agudo engenho e suficientemente honrada graças a seu espírito religioso (*Hist. Adv. Pag.*, VII; 43).

De acordo com Frighetto (2007, 249) o chamado "sonho" de construção de um *regnum* dos godos em solo imperial, já pensado desde Alarico, deveria contemplar a aproximação e a integração dos visigodos ao Império Romano tanto do ponto de vista político, como do cultural. Além da união com Gala Plácida, ato com grande repercussão política, Ataúlfo surge como defensor do Império, apresentado como *romanus* não *bárbarus*, e de todas as suas tradições.

Contudo Ataúlfo não pode levar seus projetos a frente pois foi assassinado em sua corte no próprio ano de 416. Idácio e Orósio nos dão a informação sobre a morte de Ataulfo.

E entretanto insistia com vontade de pedir e oferecer paz, foi traidoramente assassinado, segundo dizem, por seus próprios soldados em Barcelona (*Hist. Adv. Pag.*, VII; 43).

Ataúlfo, impulsionado pelo governador Constancio, para que deixando Narbona, se dirige a Hispania, é degolado por certo Godo em Barcelona, durante a conversação familiar (*Idácio; cron. a.416 - XXII [299]*).

Logo após a morte de Ataúlfo uma facção visigoda proclamou Sigerico como rei, entretanto outra proclamou Vália, que era irmão de Ataúlfo. Os dois se confrontaram e Valia saiu como vencedor em 416. Primeiramente esse optou por romper as negociações com os romanos e tentou transportar seu povo para a África para fugir das péssimas condições alimentícias em que se encontravam. Entretanto uma tempestade afundou as primeiras embarcações dos godos e impediu a passagem desse povo para a África. Sem ter muitas opções Vália foi obrigado a se assentar na região e retomar as negociações com os romanos. Orósio e Idácio nos informam como se procederam essas negociações.

Sergerico, quem depois de Ataúlfo foi nomeado rei pelos godos, é igualmente assassinado pelos seus, por ser, de acordo com os designios de Deus, um homem também inclinado para a paz. O sucede depois no trono Valia, eleito pelos godos

precisamente para romper a paz,mas predestinado por Deus para confirmá-la. Efetivamente, Vália - enormemente temeroso da justiça de Deus desde que no ano anterior um grande exército godo equipado com armas e naves e que tentava passar a África, foi lamentavelmente aniquilado por uma tempestade que se surpreendeu há doze milhas do golfo *gaditano*, e também porque se lembrava do desastre ocorrido na época de Alarico, quando os godos que tentavam passar a Sicília foram tristemente arrebatados e afundados pelas ondas antes os olhos de seus compatriotas - firmou uma paz em boas condições com o imperador Honório entregando reféns de alta categoria; Placídia, irmã do imperador, a que mantinha do seu lado honrando-a e respeitando-a, foi devolvida a seu irmão.; em pró da segurança romana afrontou seu próprio perigo,até o ponto que enfrentou a outros povos que haviam se assentado na Hispania,em cujo enfrentamento os perigos da batalha para ele, enquanto que os benefícios das vitórias foram para os romanos (*Hist.Adv.Pag.*, VII; 44).

Valia, que o sucede no reino, e depois de um pacto de paz com o Governador Constancio,faz guerra aos Alanos e Vandalos Sinlos que estavam estabelecidos na Lusitania e na Bética (*Idácio; cron. a.416 - XXII [299]*).

Orlandis (1987, 29) afirma que em troca dessas condições a administração imperial se comprometeu em troca dessas condições admitir os godos na qualidade de federados, além de fornecer 600.000 medidas de trigo para seu povo.

Nesse momento praticamente não havia a presença de tropas regulares do Império na Hispania entretanto a corte de Ravena buscava restabelecer o controle sobre a Península através dos federados visigodos, nesse momento sob o domínio de alanos, vândalos e suevos.

Essa estratégia surge efeito e logo os vândalos silingos são eliminados da bética e os alanos da Lusitania, os sobreviventes dos últimos, após a morte de seu rei *Addce* desistem de ter um *regnum* para si próprios e colocam-se sobre proteção do rei Gunderico dos vândalos asdingos que estava assentado na *Gallaecia*. Orósio começa

narra o início dos combates de Valia para depois encerrar sua *Historia Adversus Paganos*, o resultado desses conflitos foram nos são informados pela crônica de Idácio.

E é o que sabemos por frequentes e seguras notícias que hoje em dia há guerras na Hispania entre seus povos e que se produzem matanças por um e outro bando dos bárbaros; dizem também estas notícias que é sobre o rei godo Valia que insiste em conseguir a paz (*Hist. Adv. Pag.*, VII; 44).

Valia, rei dos godos, em serviço por Roma, causa numerosas mortes de bárbaros dentro das Hispanias (*Idácio; cron. a.417 - XXIII [319]*).

Os Vandalos Silingos são exterminados todos por Vália na Bética (*Idácio; cron. a.418 - XL [326]*).

Os Alanos, que dominavam os Vandalos e os Suevos, de tal modo são batidos pelos godos que, extinguindo seu rei *Addace*, os poucos deles que haviam ficado, abolindo o título de *rege*, se submetem em favor do rei Gunderico dos Vandalos, que estava assentado na *Gallaecia* (*Idácio; cron. a.418 - XL [328]*).

Após essas vitórias os godos tem sua campanha interrompida por ordem da própria corte de Ravena. O Patrício Constâncio pede que Vália e seus godos retornem a Gália pois o Império lhes concederá algumas terras na Aquitânia onde os mesmos poderão ficar oficialmente e legitimamente assentados. Entranto Vália não pode desfrutar dos ganhos de suas batalhas por muito tempo, pois morre no mesmo ano seguinte, sendo sucedido por Teodorico I, que era considerado também "parente" de Alarico. Próspero de Aquitania, como mencionamos anteriormente, e Idácio nos fornecem informações sobre esses acontecimentos.

O Patrício Constante firma paz com Walia, deixa ele habitar a Aquitânia e alguns territórios na fronteira da província (*Chronicum Integrum*; II; 741).

Os godos interrompendo a luta que mantinham, são chamados por Constâncio as Gálias, e recebem terras na Aquitânia, desde Tolosa até o Oceano (*Idácio; cron. a.418 - XXV [340]*).

Morto Valia, seu rei, o sucede no reino Teodorico (*Idácio; cron. a.419 - XXV [344]*).

A partir desse momento podemos dizer que os godos obtiveram o *regnum* dos romanos, ou seja conseguiram ter a autoridade reconhecida pelos portadores do *Imperium*. Esse reconhecimento da autoridade bárbara pelos romanos continuará sendo um objetivo dos demais povos assentados dentro do Império, entre eles os suevos.

Para Garcia Moreno (1989, 48-49) se constituiria assim um *estado* dentro de outro, fazendo o Reino visigodo seu território daquele imperial-romano cedido em virtude do *foedus*, mas que teoricamente seguia pertencendo ao *estado* romano. Essa seria uma situação equívoca e contraditória, de acordo com o Direito Público romano, que se explica na conjuntura do momento e que os tempos imediatamente posteriores solucionariam em um sentido da plena e independente propriedade pelo *estado* visigodo. Com este reconhecimento era fundado o que se conhece tradicionalmente por Reino visigodo de Toledo.

Apesar de concordarmos com algumas afirmações de Moreno, achamos complicado afirmar que nesse período se constituiu um *estado* dentro de um *estado*. Primeiramente porque o termo Estado não era utilizado para definir as estruturas políticas do período, e segundo porque acreditamos que nesse acontecimento houve apenas um reconhecimento da autoridade dos visigodos pelo governo de Ravena e não houve efetivamente a fundação de um território visigodo.

Após a retirada dos godos da Península Ibérica, suevos e vândalos asdingos lutam e disputam a hegemonia da região entre si, os vândalos que já eram um grupo mais forte no momento de sua entrada nas *Hispanias*, e que nesse momento contavam com os sobreviventes dos alanos e provavelmente dos silingos em suas fileiras, conseguem sitiar os suevos nos monte Nerbasos. Temos essa informação a



partir de crônica de Idácio "Originando-se uma luta entre Gunderico rei dos Vândalos e Hermerico rei dos Suevos, estes são sitiados pelos Vândalos nos montes Nerbasos (*Idácio; cron. a.419 - XXV [346]*)".

Díaz Martinez (2011, 65) afirma que nesse momento a corte de Ravena pretendendo recuperar o controle total da Península Ibérica envia o *comes Asterio* e o *uicarius Maurocello* para acabar com os germanos, além de também evitar a recuperação do antigo usurpador Máximo, que agora parecia estar junto do séquito de Gunderico. Ainda segundo este autor estes enviados atacam os vândalos, porque eram mais fortes do que os suevos, e devido a esse ataque os últimos são forçados a sair da *Gallaecia*.

Juan Abengochea e Garcia Moreno (1986, 225) são da mesma opinião de Diaz Martinez e afirmam que sem dúvida o governo imperial estava tentando impedir uma supremacia em torno da agrupação popular mais poderosa, os vândalos asdingos. Para esses autores os suevos, que estavam em número muito menor representavam um perigo de momento secundário, cujas as possibilidades de desagregar e assimilar depois pareciam muito maiores

O combate de *Asteiro* e *Maurocello* contra os vândalos se complica e o último teve que fugir de Braga tendo alguns de seus homens assassinados. Depois de sua fuga da *Gallaecia*, os vândalos vão para a Bética. Idácio nos fornece essas informações em sua crônica.

Os Vândalos, deixando o assédio aos suevos, a instância do *comes* das Hispanias *Asterio* e, havendo sido mortos alguns em Braga sobre o governo do *uicarius Maurocello* a sua saída, abandonam a *Gallaecia*, passam a Bética (*Idácio; cron. a.420 - XXVI [356]*).

Nesse momento em 421, Constancio que havia sido elevado a Augusto consorte por Honório no ano anterior, morre em Ravena, segundo Díaz Martinez (2011,

66) a morte do mesmo pode ter atrasado a resposta imperial dada a Máximo e poderia ter favorecido uma segunda pequena usurpação do mesmo na Terraconense, apesar das informações sobre essa hipotética segunda usurpação serem confusas.

Em 422 a corte de Ravena envia o *magister militum* Castino para lutar contra os Vândalos na Bética. Segundo Díaz Martinez (2011, 66) a *Chronica Gallica* nos aponta que Castino tinha um grande exército ao afirmar que o mesmo perdeu 20.000 homens na batalha, contando os auxiliares godos. Algo que podemos constatar lendo este documento, quando o mesmo informa "Cerca de vinte mil soldados lutam nas *Hispanias* contra os Vândalos (*Chron. Gall. A. CCCCLII, 107, a. 431*)"

De acordo com Idácio quando os vândalos já estavam enfraquecidos com o conflito e dispostos a render-se os romanos Castino faz uma manobra arriscada e depois é traído pelos auxiliares godos, por esses dois motivos os romanos são derrotados. Com isso Castino é obrigado a retirar-se a Tarragona.

O general chefe Castino com forte hoste militar e com os auxiliares godos leva a guerra aos Vândalos na Bética. E havendo posto a estes em estado de penúria por força do bloqueio, que já se disponham a entregar-se, comprometendo-se imprudentemente em um combate público e burlado pelo engano dos auxiliares, escapa a Tarragona, depois de vencido (*Idácio; cron. a.422 - XXVIII [367]*).

Em 423 o imperador Honório morre em Ravena, após celebrar seus 30 anos de governo. Em 425 Teodósio II, Imperador no Oriente, que desde a morte de Honório permanecia como único Augusto do Império nomeia o filho de Gala Placídia com Constâncio, Valentiano, como César e envia tropa contra o usurpador do Ocidente João, depois da derrota deste Teodósio nomeia Valentiano III como Augusto. Idácio nos fornece essas informações.

Honório Morre em Ravena, depois de celebrar suas festas *tricenales* (*Idácio; cron. a.424 - XXX [378]*).

Teodósio, filho de Arcádio, imperador XLI dos romanos, que já reinava alguns anos antes na parte do Oriente, uma vez difunto seu pai, e depois da morte de Honório seu tio paterno, reúne o poder único do império, sendo de vinte e quatro anos (*Idácio; cron. a.424 - XXX [388]*).

Teodosio nomeia César em Constantinopla a Valentiano, filho de sua tia materna Placidia, e o envia contra Juan. Sobre a direção deste é morto no primeiro ano de seu alçamento ilegítimo em Ravena pelos generais, que com ele haviam sido enviados por Teodósio, e a vez o nobre Félix é nomeado general e chefe da milícia (*Idácio; cron. a.423 - I [395]*).

Valentiano, que já era César, é designado em Roma, Augusto (*Idácio; cron. a.425 - I [403]*).

Durante estes acontecimentos sobre a sucessão imperial os Vândalos que estavam assentados na Bética saem de lá e devastam as ilhas Baleares, Cartago, Espartaria e Sevilha. Depois de saquear essas cidades eles invadem a Mauritânia. Durante estes saques o rei Gunderico morre e é sucedido por seu irmão Gaiserico.

Os Vândalos devastam depois as ilhas Baleares: destruída Cartago, Espartaria e Sevilha e saqueadas as Hispanias, invadem a Mauritania (*Idácio; cron. a.425 - I [405]*).

Gunderico, rei dos Vândalos, uma vez tomado Sevilha, havendo posto suas ímpias mãos vaidosas sobre a igreja da cidade, em seguida possuído pelo demônio por juízo de Deus, morreu; o sucede no reino Gaiserico seu irmão. Este, como correu a informação de alguns, se disse que apostatando da fé católica, se passou a heresia ariana (*Idácio; cron. a.425 - I [403]*).

Em maio de 429 os vândalos atravessam saem das Hispanias e vão a África. Para Diaz Martinez (2011, 67) é possível que os mesmos tenham se aproveitado da revolta de Bonifácio em 427 ou inclusive possam ter sido chamados por este, de qualquer modo a África era uma região atraente pois era uma província rica e não tinha nenhum outro povo germânico competidor.

Mas antes de realizar esta travessia Gaiserico voltou suas atenções para a Lusitania, onde os suevos estavam saqueando. Ainda de acordo com Díaz Martinez, ainda que a resposta de Gaiserico parece um ataque sério, provavelmente ao mandar uma resposta militar a estes saques o mesmo pretendia apenas cobrir sua retaguarda em um momento que o traslado para a África o teria obrigado a abandonar qualquer ponto estratégico. A vitória de Gaiserico sobre Heremigario deve ser interpretada como uma grande vitória dos vândalos sobre os suevos, como acredita também E. Stein (1959, p. 320). Idácio nos fornece algumas informações sobre estes acontecimentos.

O rei Gaiserico se passa com todos os Vândalos e suas famílias no mês de maio desde a província da Bética a Mauritânia e África, deixando as Hispanias. Este, antes de passar, avisado que o suevo Heremigario devastava as províncias vizinhas durante seu passo, voltando-se com alguns dos seus, alcança o devastador na Lusitânia. E este, não longe de Mérida, a que havia depreciado injuriando a santa mártir Eulalia, mortos os malditos que levava consigo, amparando-se, como creía, o recurso de uma fuga que o *euro* precipitado pelo poder de deus no rio *Ana*, pereceu. Eliminado desse modo este, logo se deu ao mar Gaiserico, como havia empreendido (*Idácio; cron. a.429 - V [421]*).

Roger Colins (2004, 23-25), afirma que o único êxito romano dessa campanha foi a captura do antigo usurpador Máximo, que foi levado a Ravena e executado. A partir de então o domínio romano na Península Ibérica ficou restrito as zonas costeiras da Terraconense e ao vale do rio Ebro. O mesmo autor ressalta depois destes acontecimentos o governo imperial ocidental se preocupa, nas décadas de 430 e 440, quase que exclusivamente em manter suas possessões na Gália e por extensão na região da Terraconense.

A partir de 429 com a passagem dos vândalos para a África o único povo germano que ficou em maior escala na *Diocesis Hispaniarum* eram os suevos. Diaz

Martinez (2008, 284) nos afirma, que dos povos que cruzaram os Pirineus em 409, os aparentemente mais frágeis e menos numerosos eram os suevos, e estes se aproveitaram disso. Nesse momento os suevos são uma realidade que começam a afetar muito a Idácio de Chaves, que começa a dar uma atenção especial aos mesmos em sua crônica. Mas porque Idácio daria atenção a um povo considerado tão frágil e mal estruturado? Em nossa opinião é porque eles seriam para Idácio, o grande empecilho para que a região das *Hispanias* voltasse totalmente ao controle romano<sup>3</sup>.

Uma prova sobre com os suevos eram um povo em menor número e que praticamente receberam uma atenção especial de Idácio é que outro documento do século V, a crônica de Próspero de Aquitania, que relata os acontecimentos do Mundo Romano até o ano de 455, praticamente não menciona os suevos ao longo de sua narrativa. Quando alanos, vândalos e suevos entram na Gália, Próspero, menciona apenas os dois primeiros: "Vandalos e Alanos nas Gálias, atravessando o Reno... (Chronicum Integrum; I; 739)". Depois na entrada desses povos na *Diocésis Hispaniarum* o autor menciona apenas os vândalos, e ignora os outros dois povos: " Os Vândalos ocupam as Hispanias (Chronicum Integrum; I; 739)".

Isso ocorre provavelmente porque como os suevos não alteraram a realidade de Próspero com alteraram a de Idácio, o contingente dessa *gentes bárbara* acabou diluído, para este autor, no grupo de alanos e vândalos que eram maiores. Os vândalos também ganham uma maior exposição na crônica de Próspero pois em 455 estes realizam o segundo saque de Roma no século V e por isso provavelmente este autor tenha dado um destaque maior a sua história do que a de outras *gentes* bárbaras, como os suevos e os alanos.

Outro documento escrito no século V que praticamente ignora os suevos é a Crônica *Gallica* de CCCCLII. Esse documento nos fornece informações desde o começo

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que Idácio considerava-se acima de tudo um romano, por isso sua preferência em estar em uma área sobre controle administrativo do mesmo.

do governo de Teodósio até o ano de 452. Apesar de fornecer diversas informações sobre o Mundo Romano, esse documento nos fornece poucas informações sobre os suevos, apenas indicicando que entre 408 e 410 "Hispaniarum partem maximam Suevi occupavere (*Chron. Gall. A. CCCCLII, 64, a. 408*)".

A continuação desse documento a *Cronica Gallica* de DXI, a qual estende a narração da anterior até o ano de 511, já nos fornece mais informações sobre os suevos, entretanto no próprio documento já consta que estas informações foram retiradas da crônica de Idácio, o que nos demonstra que essa obra é já é uma referência para se conseguir informações sobre essa gentes bárbara um menos de cinquenta anos depois de escrita.

Na crônica de Idácio os suevos tem um papel de destaque, principalmente após o ano de 429. Na narrativa da crônica percebemos também um Idácio cada vez mais pessimista quanto o futuro da influência do Império Romano na Península Ibérica, pois nesse período nós já temos a lenta e paulatina desestruturação da hegemonia política do Império Romano nos territórios Ocidentais em estágio avançado. Cada vez mais a corte de Ravena vai depender das hostes dos grupos bárbaros federados para conseguir manter algum controle político nesses territórios ocidentais.

As informações sobre o suevos retornam exatamente nesse momento, após estarem praticamente ausentes na crônica nos últimos dez anos. Idácio retoma as mesmas ao informar que o rei Hermerico estava saqueando com seus homens as zonas centrais da *Gallaecia* quando foi obrigado a estabelecer um tratado de paz com a população galaica.

Os suevos devastando no tempo de Hermerico as zonas medias da *Gallaecia* por meio da plebe que conservava os castelos mais seguros, morta por um lado parte dos seus, prisioneira outra parte, restauram a paz que havia rompida, com a devolução das família que retinham (*Idácio; cron. a.430 - VI [439]*).

Para Díaz Martinez (2011, 73) aparentemente devido as estes saques os suevos não tinham definido um lugar para residência fixa e seguiam se comportando com um bando de seminômades o qual a população civil tinha organizado sistemas de defesa. Inclusive estes negociavam individualmente acordos de paz com a população local, que se restabeleciam e se rompiam constantemente.

Idácio nos fala de um rompimento desses acordos com os suevos quando em 431 o mesmo encabeça uma embaixada com o *magister militum* Aécio para pedir reforços militares na região, afim de os hispano-romanos pudessem conter os ataques dos suevos e poderem negociar com os mesmos. Entretanto, como estava ocupado com os vgdos, francos e burgúndios na Gália, Aécio, não pode ajudar militarmente os hispano-romanos, entretanto envia de volta com Idácio o *comes* Censório para que este negocie a paz com os suevos.

Aécio, general chefe de ambos os corpos de exército, submete os Noros, que se sublevam. De novo os Suevos perturbam a paz estabelecida com os Galaicos, quando se lhes oferece a ocasião. devido a devastação destes, Idácio o bispo se faz cargo da embaixada a Aécio, que na ocasião levava a cabo uma expedição nas Gálias (*Idácio; cron. a.431 - VII[454]*).

Vencidos por Aécio em combate os Francos e admitido a paz do Império, o conde Censório é enviado como legado aos Suevos voltando com o já dito Idácio. (*Idácio; cron. a.432 - VIII[465]*).

Segundo Diaz Martinez (2011, 72) esse recurso das autoridade imperiais é uma demonstração do desejo de Idácio de mudar essa situação, pois a intenção era que o enviado de Aécio se encontra-se com os suevos e reconduzi-se as negociações com o único povo bárbaro que estava aparentemente fora do controle da corte de Ravena.

As negociações de Idácio com a mediação de Censório conseguem a liberação de rehenes e um novo acordo de paz entre suevos e galaicos-romanos. De acordo com Díaz Martinez (2011, 74) após esse tratado, Hermerico, envia o bispo *Symphosius*

como embaixador ante as autoridades imperiais, o que o autor interpreta como uma primeira mostra de que certos setores da sociedade galaica se mostravam dispostos a colaborar ou mediar com o rei suevo. Essa associação entre a aristocracia episcopal e o rei suevo devia implicar em uma intenção de negociar e legitimar a presença sueva na província, entretanto a crônica nos informa que esta viagem foi em vão.

Volto Censório a Corte, Hermerico restaura a paz com os Galaicos, a quem contantemente devastava, com a intervenção do bispo, entregando-se reciprocamente rehenes (*Idácio; cron. a.433 - VIII[479]*).

O bispo *Symphosius*, enviado por ele como legado ao conde, fracassa em os negócios empreendidos em vão (*Idácio; cron. a.433 - VIII[484]*).

Apesar da lacuna deixada pela crônica de Idácio podemos supor que galaicos e suevos voltam a entrar em conflito após 433 pois a crônica volta a relatar que em 437 o *comes* Censório, acompanhado por um personagem chamado de Fretimundo, chega a um novo acordo com os suevos.

Díaz Martinez (2011, 74-75) afirma que este novo tratado de paz que se estabelece entre bárbaros e população local é outra referência que confirma que a população galaico-romana estava construindo estruturas de poder particularizadas, as quais eram capazes de negociar individualmente com os suevos.

Orlandis (2001, 35) tem o mesmo pensamento de Díaz Martinez, mas ressalta que apesar dos galaicos defenderem-se com suas próprias forças os mesmos ainda buscavam o apoio da autoridade romana. Idácio nos relata informações sobre essas negociações.

De novo são enviados aos Suevos como embaixadores Censório e Fretimundo vão (*Idácio; cron. a.437 - XIII[531]*).

Os suevos asseguram as leis da paz com uma parte da plebe da *Gallaecia*, com quem estavam em luta (*Idácio; cron. a.438 - XIII[535]*).



Em 438 Idácio nos informa que o rei Hermerico, que esta provavelmente muito doente, estabelece como sucessor do seu reino seu filho Rechila, o qual era mais agressivo que seu pai, já que ao relatar a notícia dessa troca de comando nos suevos, Idácio, nos informa que Rechila derrotou em batalha um representante do poder romano chamado de *Andeuoto* e que com isso tinha se apoderado de grandes riquezas de ouro e prata.

O rei Hermerico, dominado pela enfermidade, estabelece como sucessor no reino a seu filho Rechila: o qual derrotou em batalha campal a *Andeuoto* com o exército que levava, jnto a Genil, rio da Bética, apoderando-se de suas grandes riquezas de ouro e prata (*Idácio; cron. a.438 - XIII[538]*).

Um fator que podemos ressaltar nessa transição de poder entre os suevos é um dos elementos mais característicos da Antiguidade Tardia. Os suevos, assim como os godos já haviam feito antes, assimilam uma tradição romana a de *consortio imperium* e realizam o *consortio regnum*. Do mesmo modo que acreditamos que a sucessão Alarico por Ataúlfo teve como base essa tradição, acreditamos também que a sucessão Hermerico por Rechila teve como modelo a mesma tradição. Acreditamos que esse padrão de sucessão régia foi utilizado pelos suevos do mesmo modo que tinha sido utilizado pelos godos, pois os primeiros estavam buscando sua legitimidade e o reconhecimento de sua autoridade perante o Mundo Romano, assim como os godos já haviam feito e conseguido.

Em nossa opinião é a partir desse momento os suevos obtém o reconhecimento de sua autoridade por parte da Corte de Ravena. A maior prova desse reconhecimento é que pela primeira vez Idácio utiliza o termo *regnum*, para noticiar a passagem da autoridade dos suevos de Hermerico para Requiário. Em nossa visão essa autoridade poderia ter sido concedida após as ultimas negociações entre a corte de Ravena amparada na figura do *comes* Censório, a população galaico-romano

representada por Idácio e os suevos representados por Hermerico. A troca de comando dos suevos por meio desta aparente *consortio regnum* poderia ser inclusive derivada destes acordos.

Entretanto, apesar desse reconhecimento a paz entre suevos e galaico-romanos não seria muita duradoura pois o novo rei suevo Requila trocou a política dialogante de seu pai Hermerico por uma expansionista. Essa política expansionista que será herdada posteriormente por seu sucessor Requiário, e que em nossa visão excedeu a autoridade concedida pelos romanos, vai decretar posteriormente o fim dessa legitimação sueva frente ao Mundo Romano.

## DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

IDACIO, Obispo de Chaves. Su Cronicon. Salamanca : Ed. Casalancias, 1984.

MOMMSEN, T. Chronica Minora I. Chronica Gallica CCCCLII. Berlin, 1894.

MOMMSEN, T. Chronica Minora I. Chronica Gallica DXI. Berlin, 1894.

ORÓSIO, P. *História Adversus Paganus*. Traduzida para o castelhano por Estáquio Sánchez Salor. Madri. Gredos, 1982.

S. PROSPERI AQUITANI. Chronicon. In Patrologiae Cursus Completus, 1861.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENGOCHEA, Juan José Sayas; MORENO, Luis A. García. Romanismo y Germanismo el despertar de los pueblos góticos ( Siglos IV-X). Barcelona: Editorial Labor, 1986.

ARCE, Javier. El último siglo de la España romana: 284-409. Madrid. Alianza Editorial, 1997.

COLLINS, Roger. La España Visigoda. Barcelona. Crítica, 2004.

DÍAZ MARTINEZ, P. El reino suevo (411-585). Madrid: Ediciones Akal, 2011.

FRIGHETTO, Renan. Estruturas Sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (Séculos IV/VIII). In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Orgs.). Repensando o Império Romano. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 223-240.

\_\_\_\_\_. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. Goiânia: História revista, Goiânia, v. 11, n. 1/ jan./ jun. 2006 pp. 161-177

\_\_\_\_\_. Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras Numa Época de Transformações. Curitiba. Juruá, 2012.

\_\_\_\_\_. Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV. In *Dimensões*, vl. 25, 2010. p.114-130.

\_\_\_\_\_. *Monarquia e Poder Régio nos primórdios do Século V: os visigodos e a herança baixo-imperial romana*. Editorial Univesitaria. 2007.

MARTINEZ, Pablo C. D.; MAZA, Clelia M.; HUESMA, Fransisco Javier Sanz. *Hispania Tardoantigua y Visigoda*. Madrid. Istmo, 2008.

MORENO, Luis A. G. *El Bajo Imperio Romano*. Madrid. Sintesis, 2005.

\_\_\_\_\_. *Historia de España Visigoda*. Madrid. Cátedra, 1989.

ORLANDIS, José. *Historia de Espana: La Espana Visigótica*. Madrid: Gredos, 1987.

PIDAL, Ramón Menéndez (org.). *Historia de España, tomo II, España Romana*, Madrid, Espasa-Campe s.a, 1963.

\_\_\_\_\_. (org.). *Historia de España, tomo III, España Visigoda*, Madrid, Espasa-Campe s.a, 1963.

SILVA, Leila Rodrigues da; DINIZ, Rita de Cássia Damil. *Relações de Poder na Crônica de Idácio e nas Histórias de Isidoro de Sevilha: um estudo comparado sobre suevos e visigodos*. In: LESSA, F., S. (org) *Poder e Trabalho: Experiências em História Comparada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 35-58. ISBN 978-85-7478-270-6.

Artigo Recebido em: 30 de junho de 2013.

Aprovado em: 18 de janeiro de 2014.

Publicado em: 30 de abril de 2014.